

POLÍTICA

politica@jj.com.br



PAULO BEHR FERRO
pferro@jj.com.br

Projetos aprovados

Dois dos três projetos de lei que estavam na pauta da sessão da Câmara de terça (13) foram aprovados. O 12.244, do vereador Romildo Antonio (PR), condiciona a instalação de equipamentos esportivos e de lazer nas escolas a um percentual adaptado para alunos com necessidades especiais. Já o 12.256, do prefeito Luiz Fernando Machado, autoriza a concessão administrativa de uso de um imóvel público, situado no bairro do Anhangabau, à Rede Feminina de Combate ao Câncer Norma Delia Serra.

Ficou para dia 20

A discussão e votação do projeto de lei 12.178, do vereador Roberto Conde (PRB), que institui na cidade o programa "Empresa Amiga da Educação" e quer estimular companhias privadas a contribuir com a melhoria da qualidade do ensino da rede municipal, ficaram para a sessão da próxima terça-feira (20).

Concurso auditor

A Prefeitura de Jundiá anunciou na Imprensa Oficial que fará concurso público para contratar três auditores fiscais de tributos municipais. O salário inicial é de R\$ 9.181,48 mais benefícios. As inscrições podem ser feitas no site: www.ibamsp-concursos.org.br até 23h59 do dia 13 de julho. As provas serão em duas etapas (objetiva e dissertativa), com a primeira prevista para dia 20 de agosto.

CEI em Louveira

Os vereadores da Câmara de Louveira apresentaram e discutiram dois pedidos de abertura de Comissão Especial de Inquérito (CEI) esta semana. Um deles, aprovado, investiga as desapropriações de imóveis ocorridas desde 2013. O outro, que investiga as obras do edifício garagem da Câmara, foi negado por 7 votos a 5. A duração da CEI das desapropriações é de 90 dias.

Solução

O prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) está buscando uma solução para o não credenciamento da UTI do Grendacc, que atende crianças com câncer, pelo Ministério da Saúde. Luiz Fernando irá tentar otimizar ou realocar as verbas para a instituição. "Nós não podemos deixar estas crianças sem este atendimento de excelência." Os técnicos da Unidade de Gestão da Promoção da Saúde estão trabalhando na possibilidade.

Em Campo Limpo

A Câmara Municipal de Campo Limpo Paulista instaurou, na sessão de terça (13), por 8 votos a 4, uma comissão processante contra o prefeito Dr. Japim, seguindo denúncia de que um funcionário comissionado estaria realizando serviços particulares para a esposa e o filho do chefe do Executivo. Japim já enfrenta uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) no Legislativo, pelo suposto cometimento de improbidade administrativa e crime de responsabilidade.

CASO AÉCIO NEVES

Presidente da Câmara de Jundiá, assim como seus colegas de partido, diz que se o senador for culpado, deve ser preso

Martinelli diz que 'não tem político de estimação'

PAULO BEHR FERRO
pferro@jj.com.br

A situação do senador mineiro Aécio Neves, do PSDB, afastado recentemente do cargo pelo Supremo Tribunal Federal (STF), é delicada, depois que a Polícia Federal apreendeu documentos e teve acesso a uma gravação que mostra que o candidato tucano à presidência da República em 2014 teria pedido R\$ 2 milhões ao executivo da JBS, Joesley Batista, supostamente para pagar advogado para se defender das acusações da força tarefa da Lava Jato.

A irmã de Aécio, Andréa Neves, e seu primo, Frederico Pacheco, foram presos no dia 18 de maio e a Procuradoria Geral da República (PGR) também pede a prisão do senador. Ele é acusado de corrupção e obstrução de Justiça e ainda teria falado em medidas para barrar o avanço da Operação Lava Jato.

Com o STF tendo marcado para o próximo dia 20 uma sessão que pode culminar na prisão do neto do ex-presidente Tancredo Neves, muito se discute sobre o futuro de Aécio. Em Jundiá, os três vereadores tucanos também deram suas opiniões e é unânime a posição de que, caso fique comprova-



GUSTAVO MARTINELLI "Se as provas mostrarem que ele errou deve ir para a cadeia e responder processo"



SENADOR AFASTADO Aécio Neves foi afastado do cargo pelo Supremo Tribunal Federal e sua situação é delicada

da alguma acusação, Aécio Neves tem que pagar pelo que fez. "Não tenho político de estimação, ainda mais político bandido. Se as provas mostrarem que ele errou deve ir para a cadeia e responder processo, mesmo que seja do meu partido", revela o presidente do Legislativo, Gustavo Martinelli.

O vereador lembra que votou nele há três anos. "Fui um dos mais de 50 milhões de brasileiros que confiaram nele para governar o Brasil,

o que acabou não acontecendo. Tem quem defenda o Lula, por exemplo, e o querem presidente do Brasil. Se as denúncias contra o Lula forem comprovadas, da mesma forma que o Aécio, o petista deve ser preso".

Outro vereador do PSDB jundiáense Rafael Antonucci lamenta a situação complicada de Aécio. "Ele acabou politicamente e não tem mais meu apoio. Deve ser punido conforme prevê a lei, caso tudo que paira contra

ele se comprove", emenda. Rafael reforça sua posição de que o Brasil tem que ser passado a limpo agora. "Devemos virar esta página, pois só assim voltaremos a ser uma grande nação".

Líder do PSDB

Faouaz Taha é líder do PSDB na Câmara de Jundiá e, segundo ele, Aécio Neves tem que pagar pelos crimes que cometeu. "Ele era presidente nacional do nosso partido, foi afastado deste cargo e do se-

nado. Eu prego transparência e justiça, sendo com ele ou com políticos de outras legendas", reforça Faouaz.

O vereador também levantou outra questão importante em tempos de políticos suspeitos de diversos crimes. "Podemos aproveitar este momento para formar novas lideranças. O Brasil deve andar para frente e aprovar as reformas necessárias com total transparência, que tem que prevalecer sempre", completa o líder tucano.

DEPOIMENTO

Cunha diz que seu silêncio 'nunca esteve à venda'

Em depoimento à Polícia Federal, o ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) declarou nesta quarta (14) que seu silêncio "nunca esteve à venda", e negou qualquer recebimento de propina para não fazer delação.

O nome de Cunha foi mencionado por delatores da JBS, que afirmaram, em conversa gravada com o presidente Michel Temer (PMDB), que ele recebeu dinheiro, já preso, para não delatar. O empresário Joesley Batista afirmou à Procuradoria-Geral da Repú-

blica que pagou R\$ 5 milhões ao peemedebista.

"Ele refutou com veemência. O silêncio dele nunca esteve à venda", afirmou o advogado Rodrigo Sánchez Rios, que defende Cunha.

No depoimento, Cunha negou que tenha recebido propostas de Temer ou de seus emissários para comprar o seu silêncio. Disse também que não conhecia a irmã do operador Lúcio Funaro, Roberta Funaro, presa na Operação Patmos e acusada de ter recebido valores em no-

me do ex-deputado.

O depoimento durou cerca de uma hora e meia. A defesa tentou adiar a oitiva, argumentando que não teve acesso à íntegra do inquérito. Ainda assim, o ex-deputado resolveu fazer "uma declaração geral", segundo Rios, a respeito das acusações.

O ex-deputado, investigado na Operação Lava Jato, permanece preso em Curitiba. A defesa de Cunha já pediu a anulação da delação da JBS ao STF (Supremo Tribunal Federal). (Folhapress)



EX-DEPUTADO Preso na Operação Lava Jato, Cunha permanece preso em Curitiba

DEPUTADO ESTADUAL

Junior Aprillanti discute acesso em rodovia

Durante encontro realizado nesta semana, na sede de Campinas do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), com Cleiton Luiz de Souza, o deputado estadual Junior Aprillanti (PSB) apresentou demanda que vem recebendo da população que reside no Corrupira, em Jundiá: a melhora no acesso da Rodovia Geraldo Dias à localidade.

Souza esclareceu que se trata de uma obra fora da área de domínio do Estado e o DER não pode se responsabilizar. "Vou pedir uma agenda ao superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes, órgão do governo federal, para travar mais uma importante etapa desta luta", explicou Aprillanti.



CORRUPIRA Deputado Aprillanti tentará agora melhora de acesso com o governo federal

SUPOSTA RELAÇÃO COM LOBISTA

Pedido de explicações de Fachin é arquivado

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), arquivou um pedido de deputados que queriam explicações do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Edson Fachin sobre suposta relação com o lobista Ricardo Saud, da JBS.

O requerimento foi protocolado no último dia 2 por um grupo de governistas liderado por Fausto Pinato (PP-SP) e questionava se, ao procurar senadores que apoiassem sua indicação ao Supremo em 2015, Fachin estava acompanhado de Saud. Eles perguntavam se isso poderia implicar "em desabono da sua conduta como ministro desta corte ou comprometer-lhe o exercício das res-

pectivas funções".

Ao justificar o arquivamento, Pacheco disse que a Constituição não admite que os deputados apresentem requerimento de informações "a outras autoridades que não sejam ministros de Estado ou titulares de órgãos diretamente subordinados à presidência da República". "Por mais digna que seja a intenção do operoso e competente deputado Fausto Pinato em obter informações sobre fatos que, ao seu juízo, mostram-se relevantes, a via eleita é inadequada para tanto", diz o peemedebista.

Procurado, Pinato disse que pode recorrer à própria comissão, mas ainda avalia se o fará. Além dele, outros 26 deputados assinaram o requeri-

mento, com pedido de urgência na tramitação.

Fachin é o relator da Lava Jato no STF e responsável pelo inquérito que investiga Michel Temer. Deputados da Rede chegaram a entrar com pedido no Supremo para que o requerimento fosse anulado. Para eles, havia uma tentativa de constranger o ministro.

O documento protocolado fazia cinco questões a Fachin: se o pedido de apoio aos senadores resultou em algum compromisso com a JBS, se o ministro sabia de práticas criminosas da empresa, se estar junto de Saud comprometeria o exercício das funções do ministro, qual a razão da escolha de Saud para basão de apoio e onde Fachin conheceu o lobista.